

60 Anos

# Erros e acertos da política econômica

6 AGO 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

RODOLPHO BERTOLA

A política econômica adotada pelo ministro Maílson da Nóbrega tem, como qualidade principal, o reconhecimento das soluções e caminhos simples, sem querer fazer mágicas. Nesse sentido, ela restaurou uma certa confiança de continuidade e de racionalidade.

Mas não é possível pensar que o País, mesmo com toda a indexação existente, possa ficar muito tempo com uma inflação de 20-25% ao mês. É preciso tomar medidas mais rigorosas em relação aos gastos públicos e à emissão de moeda e títulos federais, que continuam alimentando a inflação. Sem um grande ajustamento governamental — em todos os níveis — não será possível eliminar a inflação. O ministro João Batista de Abreu tem situado adequadamente esse problema, mas a área política e o próprio presidente da República parecem ainda não se ter sensibilizado a respeito.

Se hoje, apesar da recessão e das dificuldades econômicas, as empresas privadas são saudáveis, é porque elas sofreram um forte reajuste no começo da década, capitalizaram-se, cortaram "gorduras", redirecionaram esforços, se tornaram mais competitivas e eficientes. Com isso puderam colocar no Exterior parte da produção não vendida no País e manter uma saúde financeira que se projeta nos resultados apresentados a cada exercício. Entretanto, muitas empresas tiveram de renunciar a investimentos e expansões, para evitar um endividamento que poderia comprometê-las. Certamente esse não é, a longo prazo, o caminho indicado para o País, que precisa investir pesadamente para gerar empregos e desenvolvimento. Mas foi o preço do ajuste e agora, assim que for eliminada a instabilidade e se definirem regras confiáveis, as empresas privadas estarão prontas para um novo surto de crescimento.

O governo ainda não fez esse aperto e a maioria dos nossos políticos parece continuar acreditando que os recursos surgem do nada, bastando, portanto, baixar um decreto. Não são boas intenções que criam riqueza: é o trabalho organizado e eficiente.

Temos hoje um gigantesco governo, que está em todas as áreas, participa de tudo: de bancos a siderúrgicas, da saúde à produção de adubos, de rádios e TVs à petroquímica. Em poucos desses setores ele consegue ser eficiente. E, mesmo os setores eficientes, acabam sendo atingidos pela ineficiência geral, que transfere custos e medidas inadequadas. O ministro do Planejamento já identificou o caminho: é preciso

aumentar a eficiência do Estado e reduzir seus gastos. O ministro Maílson da Nóbrega, por seu lado, vem dirigindo com competência o caixa do governo e até conseguiu renegociar adequadamente a dívida externa.

Continua faltando, entretanto, equacionar a dívida interna, muito mais importante do que a externa, porque ela pressiona fortemente os juros para cima e obriga a emissões — ambos fatores de estímulo à inflação.

Talvez seja mais difícil, politicamente, esse acerto da dívida interna, porque ele mexe com um universo maior de interesses. Mas sem ele, a economia continuará ingovernável, por melhores que sejam as intenções e as medidas adotadas.

O grande esforço governamental deveria ter, portanto, essa orientação cortando todas as despesas e subsídios não fundamentais, dando total independência gerencial às empresas estatais que são realmente empresas e fechando as outras, reduzindo a folha de pagamento pela eliminação de empregos duplos e de cargos desnecessários (e não pelo corte da URP), adiando os investimentos não autofinanciáveis. São medidas duras, mas são as únicas viáveis para estancar a inflação, que é o mais injusto dos impostos, porque incide especialmente sobre o mais carente.

O presidente da República e seus ministros precisam concentrar-se nesse objetivo, empenhando-se em superar a atual fase de quase estagnação e preparando o País para uma nova era de desenvolvimento. É sabido que o presidente Sarney gostaria de passar à história com uma gestão desenvolvimentista. Mas infelizmente não deu. Resta portanto a opção de passar à história como o presidente que coordenou a transição democrática, acertou a situação econômico-financeira e preparou o País para a nova fase de desenvolvimento. Se conseguir isso, já terá alcançado um grande feito.

É preciso, portanto, adotar o lema que Tancredo Neves colocava como sua prioridade na política econômica: "É proibido gastar".

Por isso é necessário conscientizar a classe política e a Nação de que chegou a hora de mais eficiência e menos desperdício. Todo centavo gasto pelo governo deve ser bem justificado: as contas devem ser transparentes e as prioridades, claramente definidas. O único choque adequado é esse: o da busca da eficiência, da transparência e do controle dos gastos públicos.